

# 1893: A REVOLUÇÃO ALÉM FRONTEIRA

---

*Ana Luiza Setti Reckziegel*

---

O conflito que opôs federalistas e castilhistas no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 95, ocorreu no contexto que abrange a ascensão e a consolidação do castilhismo à frente do poder político rio-grandense e apresentou, para além das questões internas adstritas a esse episódio, vinculações internacionais que tiveram relevância especial no desenrolar dos acontecimentos.

## Polarizações políticas

Nos anos anteriores à proclamação da república, o Partido Liberal, esteio da maior parte do contingente político que viria a formar o Partido Federalista, configurou-se o mais influente no estado, dominando a Guarda Nacional, o Legislativo provincial e a maioria dos governos municipais.

A grande liderança desse grupo era Gaspar Silveira Martins, nascido em 1834, em Bagé, fronteira com o Uruguai. A propriedade de seu pai estendia-se pela República vizinha e fora local de encontro histórico entre os fundadores do Uruguai independente, Juan Antonio Lavalleja e José Fructuoso Rivera. Muito embora Silveira Martins fosse batizado em Melo, no Departamento de Cerro Largo, seus pais o tornaram brasileiro ao mandá-lo estudar no Norte e Centro do Brasil (em São Luís e Rio de Janeiro, no curso secundário, e em Recife, na faculdade de Direito). Depois de curto estágio como advoga-

---



*Volume 3  
República Velha  
Tomo I*

---

*I.  
1893: a revolução  
além fronteira*



Júlio de Castilhos e sua família.  
Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre.

do na capital imperial, retornou ao Rio Grande justamente no momento em que os rótulos partidários tradicionais estavam sendo reavivados, e ganhou as eleições à Assembléia Provincial de 1861, aos 26 anos (LOVE, 1971, p. 25).

Já em 1872, elegeu-se para a Câmara dos Deputados, na qual sua oratória fez sucesso logo de início junto aos segmentos mais afeitos a reformas no regime. Reivindicava, em seus discursos, eleições diretas, responsabilidade ministerial, descentralização administrativa, liberdade religiosa total e emancipação de escravos. No mesmo ano, Silveira Martins assumia o controle da Assembléia Provincial, tornando-se seu líder incontestável e edificando o Partido Liberal em bases cada vez mais sólidas na província rio-grandense.

Em 1880, depois de rápida passagem pelo Ministério do Visconde de Sinimbu, como ministro da Fazenda, no qual incompatibilizou-se por defender o direito de voto aos não-católicos, entrou para o Senado. A próxima década testemunhou a conversão de Silveira Martins de liberal a federalista, bem como o enfrentamento tenaz do tribuno com Júlio de Castilhos, então líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Os anos 80 culminariam com o desabamento do edifício monárquico que a duras penas mantinha-se frente aos novos tempos. As transformações socioeconômicas que tiveram início em 1850 com a extinção do tráfico negreiro e seguiram com o crescimento das camadas médias, com o desenvolvimento da cafeicultura, com um incipiente desenvolvimento urbano-industrial e que se refletiram no âmbito político com a dissensão entre militares e Império, determinariam a sentença de morte da Monarquia, obsoleta e incapaz de adaptar-se às exigências da conjuntura.

O processo de transformações econômicas e sociais pelo qual passava o Brasil também ecoou na província sulina. Mediado por um grupo de jovens gaúchos egressos das faculdades de Direito do centro do país, contaminados

pelo desejo de mudanças no regime político, o ideal republicano afirmou-se no Rio Grande com a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1882. Em sua maioria, esse grupo era formado por filhos de estancieiros da Campanha – Joaquim Francisco Assis Brasil, Antônio Augusto Borges de Medeiros, José Gomes Pinheiro Machado – sendo que os dois primeiros governariam o Rio Grande e o último seria o mais importante representante do estado no Senado Federal.

Júlio de Castilhos, que posteriormente converteu-se no grande nome do republicanismo gaúcho, apresentava algumas diferenças de seus pares, a começar por sua origem social, pois não fazia parte do grupo de abastados fazendeiros da Campanha, tendo nascido na Serra. Indicado, na convenção do PRR de 1883, para redator do futuro jornal republicano, Castilhos, apesar de recusar o cargo, esforçou-se, juntamente com Antão de Farias, Demétrio Ribeiro, João Pedro Alves e Ramiro Barcellos, para que *A Federação* fosse lançada no início do ano seguinte. Dono de estilo enérgico e direto, exercitou através das colunas do jornal republicano o vigor e a rigidez no trato com os adversários, tornando-se seu redator a partir de 1885.

O PRR, que de início adotou praticamente as mesmas coordenadas de seu congênere paulista, o PRP, pouco a pouco começou a diferenciar-se, principalmente em função da radicalização de algumas de suas posições. Através das páginas de *A Federação*, deu-se cobertura aos incidentes que compuseram, a partir de 1883, a chamada “Questão Militar”, num estilo de redação agressivo e questionador do papel submisso reservado ao Exército na política nacional. O republicanismo gaúcho, da mesma forma, diferenciou-se do paulista na medida em que na defesa da abolição da escravatura recusou a cláusula que previa indenização aos proprietários de escravos. A postura do PRR consolidava-se no sentido de não admitir concessões às mudanças que se alinhavam no horizonte nacional.

Mesmo prestigiado por setores da opinião pública, os republicanos constituíam minoria na província quando foi proclamado o 15 de Novembro. Os líderes republicanos Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos convenceram, então, o visconde de Pelotas, oriundo do Partido Liberal, a aceitar a indicação ao Governo Provisório para assumir o comando. Tal governo designou Castilhos à Secretaria do governo estadual, indicando que o poder seria compartilhado com a nova geração de políticos engajados no ainda incipiente PRR (CABEDA et al., 2004, p. 19-21).

Os liberais resignaram-se a contragosto com a nova situação, porém o PRR mostrou uma postura sectária e contrária aos adesistas de última hora.



I.  
1893: a revolução  
além fronteira

Começava assim a grande derrubada dos liberais dos cargos públicos, e a substituição das posições de comando Visconde de Pelotas levaram os secretários de estado a promover uma série de atos administrativos, organizando nova estrutura policial e retirando poderes do presidente provisório em benefício do chefe de Polícia (CABEDA et al., 2004, p. 21). A 9 de fevereiro de 1890, pressionado tanto por antigos liberais quanto por republicanos, o visconde transferiu por decreto o poder a Castilhos, que, mais uma vez usando de cautela, apontou o general Júlio Anacleto Falcão da Frota como presidente do Estado (FRANCO, 1988).

O governo do general Frota durou apenas alguns meses. Em função de desacordos com a política emissionista do ministro Rui Barbosa e temendo que o Banco Emissor do Sul fosse entregue à oposição, Frota renunciou no início de maio. Nessas circunstâncias, o governo de Deodoro nomeou em substituição a Frota um militar desvinculado da região, o general Cândido Costa. Em função de ele encontrar-se no Rio de Janeiro, assumiu o novo vice-presidente, Francisco da Silva Tavares – indicado para o cargo de fiscal do Banco Emissor e francamente hostilizado pelos castilhistas (TABORDA, 1993). Apesar dos esforços de governar com uma coalizão de antigos conservadores e liberais e até de republicanos, Silva Tavares conquistou poucas adesões e seu curto período de governo foi extremamente conturbado, levando-o a renunciar (CABEDA et al., 2004, p. 22-23).

O clima político no Rio Grande do Sul se acirrava, tendo inclusive alguns órgãos de imprensa suspenso suas publicações com temor de represálias. Somente Castilhos, à frente de *A Federação*, provocava os inimigos, atribuindo a Tavares a pecha de “tirano”. Nesse ínterim, assumiu o governo estadual o general Carlos Machado de Bittencourt, comandante das Armas. Finalmente, em 24 de maio, o general Cândido Costa chegou a Porto Alegre e tomou posse do governo e restabeleceu as garantias de manifestação políticas. Ainda assim, Castilhos permaneceu na Secretaria do Interior e Justiça, dando seguimento ao aparelhamento da máquina pública por partidários do PRR. No plano nacional, Castilhos apoiou a eleição de Deodoro da Fonseca como presidente constitucional numa declarada estratégia de efetivar uma aliança com o governo federal para que sustentasse a consolidação do PRR à frente do poder estadual.

Em 16 de março de 1891, depois de ter sido aceita por Deodoro a exoneração do presidente Cândido Costa, assumiu o vice-presidente, Fernando Abbott, responsável pelo ato nº 192, que regulava as eleições e a composição à Constituinte. A nova Constituição foi aprovada em 14 de julho e também nes-



sa data foi eleito, de forma indireta, Júlio de Castilhos para presidente do estado.

O estilo autoritário de governo de Castilhos, que tinha no positivismo seu aparato ideológico (RODRIGUES, 1980), coincidia um tanto com a forma que Deodoro da Fonseca dirigiu os primeiros anos da recém-instalada república. Apesar de ter nomeado o liberal, visconde de Pelotas para presidente do estado, Deodoro colocou Castilhos num posto-chave, o de secretário de Governo, que lhe permitia controlar a nomeação dos funcionários. Detendo esse poder, Castilhos provocou um verdadeiro expurgo dos liberais dos cargos municipais e estaduais. Delegados de Polícia e comandantes de unidades da Guarda Nacional também foram exonerados. Ficava clara a intenção de montar uma eficiente máquina de controle político, para a qual os liberais apresentavam o maior entrave.

Da mesma forma que o presidente apresentava dificuldades no trato com o Legislativo Federal, o republicano sulino, por sua vez, fez aprovar um projeto de constituição estadual, obra exclusivamente sua, restringindo as funções do Legislativo à votação orçamentária, criação, aumento ou supressão de tributos e à autorização do governador a contrair empréstimos (FRANCO, 1988, p. 27).

A par dessas coincidências, quando Deodoro decidiu pela suspensão das atividades do Congresso Nacional, em 3 de novembro de 1891, Castilhos imediatamente apoiou o golpe, estampando nas páginas de *A Federação* o manifesto de Deodoro e garantindo ao presidente que a ordem seria mantida no estado.

A posterior destituição de Castilhos, em função de sua identificação com o golpe deodorista – a qual ele justificava pelo temor de uma guerra civil – deixou o poder a um triunvirato formado por Assis Brasil, Barros Cassal e Luis Osório que ocupou a presidência do estado até junho de 1892, e que depois foi pejorativamente alcunhado pelo líder do PRR de “governicho”.

Os primeiros momentos do governo de Júlio de Castilhos já tinham oportunizado antever seu autoritarismo, provocando rupturas entre os antigos companheiros fundadores do PRR, como foi o caso de Assis Brasil e Barros Cassal, Borges de Medeiros e Ramiro Barcelos. A oposição crescia. Antes formada pelos antigos donos do poder, notadamente os liberais liderados por Silveira Martins, contava agora com os dissidentes do próprio partido republicano.

A oposição reuniu-se em Bagé, lançando oficialmente o Partido Federalista em fevereiro de 1892. Os federalistas agrupavam-se em torno de seu lí-



Fernando Abbot

COSTA, 1922

---



Volume 3  
*República Velha*  
Tomo I

---

I.  
1893: a revolução  
além fronteira

der, Silveira Martins, e articulavam uma possível volta ao governo rio-grandense, pronunciando-se, naquele momento, claramente como oposição aos castilhistas. Alheio à pecha de “monarquista”, Silveira Martins defendia a república parlamentarista, falando inclusive na possibilidade de convocação de um plebiscito para escolher o sistema de governo (JACQUES, [s.d.], p. 139).

Naquela oportunidade, todos tramavam. Os federalistas teciam estratégias para serem reconhecidos como força política, a fim de disputar o mando no estado, e esforçavam-se para se defenderem das acusações que lhes associavam aos monarquistas – aliás, o principal argumento dos castilhistas para a sistemática perseguição aos federalistas. Os castilhistas, por sua vez, arquitetavam a derrubada do *governicho*, pretendendo a recondução do PRR ao poder – para o quê tiveram o apoio do presidente Floriano, que se dispôs a transigir para assegurar a estabilidade da república presidencialista.

Iniciavam-se, nesse quadro, os preparativos para o golpe. Em março de 1892, em Monte Caseros, na Argentina, um grupo de republicanos emigrados realizou um encontro no qual decidiram pela ação revolucionária contra a presidência do estado. O *governicho* ficava cada vez mais acuado e sem meios de ação: de um lado, os castilhistas pressionando para sua derrubada; de outro, os federalistas organizavam-se em partido próprio, praticamente excluindo os republicanos dissidentes (FRANCO, 1988, p. 123).

A instabilidade política no Rio Grande do Sul repercutia no país vizinho, estando as autoridades uruguaias atentas aos acontecimentos gaúchos. Este fato estava estreitamente ligado com o envolvimento de lideranças políticas uruguaias na contenda gaúcha.

No que diz respeito à Revolução Federalista, foram identificados neste estudo Gumercindo Saraiva e seu irmão, Aparício Saraiva, ou *Saravia* conforme grafia de seu país, como os nomes de maior importância no arranjo federalista-uruguaio.

A historiografia discute a questão da nacionalidade de Gumercindo: uruguaio ou brasileiro? Parece não haver dúvida quanto ao local de batismo de Gumercindo, uma vez que foi encontrada sua certidão na Câmara Eclesiástica do Bispado de Pelotas, em 1923 (FONSECA, 1957, p. 53). Entretanto, o local de batismo não correspondia necessariamente, naquela época, ao de nascimento. Muitos casos ocorriam de nascimentos no Uruguai e batismo no Rio Grande do Sul e vice-versa. Tal questão reafirma que a fronteira rio-grandense-uruguaia não era percebida enquanto divisão de modos e costumes de vida, sendo habitual ser nascido em um lado e batizado em outro.





Estado-maior do Exército Federalista. Em pé: Artur Maciel, Estácio Azambuja e Domingos Ribas. Sentados: Mateus Collares, Aparício Saraiva, Gumercindo Saraiva e Cizério Saraiva. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. RUAS; BONES, 1997.

O pai de Gumercindo, dom Chico Saraiva, nasceu no Brasil e se estabeleceu depois de algum tempo no Uruguai. A bibliografia coincide na afirmação de que é por volta da década de 1840 que dom Chico traslada-se para a República Oriental, instalando-se na região de Pablo Páez e Cordobés (Ibidem, p. 56).

Provavelmente, a passagem de dom Chico ao Uruguai deveu-se ao fato de, tendo ele lutado ao lado dos farrapos e, sendo estes vencidos em 1845, ter ficado difícil sua situação no Rio Grande. Por outro lado, encaminhava-se o fim da Guerra Grande a qual havia determinado uma queda no preço das terras uruguaias, o que as tornava atrativas à compra.

Restringindo o estudo deste capítulo às versões correntes, o próprio Gumercindo ora declarava-se brasileiro, ora oriental. Em várias oportunidades ele se referiu aos brasileiros como compatriotas, de onde poderia deduzir-se fosse brasileiro. No entanto, noutra circunstância, sua esposa, por ocasião do registro de nascimento de sua filha, Corália, em 1893, quando Gumercindo es-

---



Volume 3  
*República Velha*  
Tomo I

---

I.  
1893: a revolução  
além fronteira



Gaspar Silveira Martins

tava lutando na revolução rio-grandense, declarou ser a menina “filha legítima da declarante e de seu esposo Gumersindo Saraiva, *oriental*, de quarenta e um anos de idade, estancieiro e domiciliado nos Estados Unidos do Brasil” (FONSECA, 1957, p. 57).

Depreende-se, dessa maneira, que fosse a nacionalidade de Gumercindo brasileira ou uruguaia, o caudilho parecia sentir-se à vontade igualmente de um lado ou de outro daquele espaço fronteiriço. Foi essa situação de trânsito espontâneo, de ligações comuns, de interação nos assuntos daqui e de lá ostentada pelos homens dessa região, que ajudam a compreender as imbricações desses caudilhos nas querelas políticas entre dois territórios.

O episódio que determinou a vinda de Gumercindo ao Rio Grande do Sul, em 1883, refere-se a um incidente que teve com os irmãos Lopes, na estância La Pandorga, em Puntas de Olimar, próxima da fronteira gaúcha. Carmelo e Rufino Lopes eram estancieiros da região e filiados aos *colorados*, mesmo partido do chefe de Polícia da localidade. Certa ocasião, abrindo os alambrados do campo dos Saraiva, adentraram com uma tropa de mil e tantas cabeças que colocaram em pastoreio. Reagindo, Gumercindo ordenou a retirada do gado e, no calor da discussão, um dos irmãos Lopes, Carmelo, saiu ferido com um tiro presumivelmente disparado por Gumercindo. Em função da ameaça de prisão decretada pelo chefe de Polícia, Gumercindo decidiu emigrar para Santa Vitória do Palmar, onde os Saraiva eram proprietários da estância Curral de Arroios. Aqueles campos, Gumercindo conheceu já aos treze anos de idade quando dom Chico ali permaneceu durante a invasão do *colorado* Venâncio Flores ao Uruguai, em 1865. Ligado ao Partido Blanco, dom Chico decidiu deixar Cerro Largo, então invadido pelos *colorados* que, por sua vez, eram apoiados pelo Império brasileiro. O *outro lado da fronteira* significava sempre uma alternativa atraente, fosse para evitar as condições de guerra, fosse para solucionar questões pessoais. Do *lado de cá*, Gumercindo iniciou sua carreira política, etapa culminante em sua biografia.

Em meados de 1889, os liberais de Gaspar Silveira Martins ascenderam novamente ao poder na província rio-grandense. Para Santa Vitória do Palmar, o vice-presidente em exercício, Prestes Guimarães, nomeou Gumercindo Saraiva delegado de Polícia, que já exercia a função de coronel da Guarda Nacional no município. Ao mesmo tempo, o Império ofereceu a Gumercindo o título de barão de Santa Vitória do Palmar, o qual não foi aceito pelo caudi-



lho, possivelmente conflitado pela sua formação republicana no Uruguai e seu atrelamento a um partido monárquico no Brasil.

Em razão da proclamação da república no Brasil, em novembro de 1889, Gumercindo retornou de uma estada no Uruguai e declinou das funções administrativas que vinha exercendo no município de Santa Vitória, recolhendo-se à sua estância em Cural de Arroios. Posteriormente, começou a ser asediado pelo Partido Republicano para aderir as suas fileiras e, na falta de uma decisão, o próprio Assis Brasil foi ter com ele em Santa Vitória. Nessa entrevista, Gumercindo esclareceu que, apesar de não ser contra a república, não concordava com a aliança feita entre republicanos e elementos do extinto Partido Conservador – principalmente no que tocava à administração de Santa Vitória que, por então, estava nas mãos destes últimos. Informado da posição do caudilho, Júlio de Castilhos não aceitou transigir. Encerravam-se aí as conversações entre Gumercindo e o PRR, iniciando-se o curso de um período de intranqüilidade e violências no Rio Grande do Sul, que se abriu com o golpe que reinstalou Castilhos no governo do estado, em 17 de junho de 1892.

O golpe de junho havia sido preparado praticamente desde março daquele ano, assegurando a adesão da milícia estadual e a neutralidade da guarnição do Exército Nacional. Por seu turno, o presidente da República quando viu a liderança do *governicho* ser entregue ao visconde de Pelotas (identificado com os gasparistas aos quais Floriano devotava acirrado ódio, fosse por desconfiar de seus propósitos restauradores, fosse pela postura parlamentarista do tribuno liberal, o que era mais provável), concordou, ao menos tacitamente, com o plano proposto por Castilhos. A imprensa uruguaia repercutiu o golpe e, de maneira perspicaz, aludiu à aliança castilhista-florianista mencionando que se anteriormente havia desentendimentos “hoje estão abraçados, empenhados em oprimir o povo rio-grandense!” (*El Dia*, 12/04/1893).

À deposição de Pelotas seguiu-se uma duplicidade de governos: o do PRR, em Porto Alegre e o dos federalistas, em Bagé, sob o comando do general Joca Tavares. Juntamente com Bagé, apenas Livramento e Passo Fundo ofereciam resistência à revolução. No entanto, diante da superioridade das forças republicanas que marcharam sobre estas localidades, foi impossível manter a resistência.

A fase que se seguiu à revolução foi de verdadeiro descalabro. Perseguições, prisões e assassinatos foram o método usado pelos castilhistas numa verdadeira estratégia de aniquilação do inimigo. Acuados, os federalistas não tiveram como resistir e, como solução da hora, emigraram ao Uruguai.

A extensão do poder de que dispunha Castilhos não foi possível de ser mensurada sem levar-se em conta a conjuntura socioeconômica em que se inseriu. A província sulina atravessava grave crise econômica com o declínio das exportações quase à metade. A Campanha, tradicional reduto de grandes propriedades e de onde efetivamente saíam os quadros políticos de mando provincial, afetada por essas alterações, perdeu importância para outras áreas que então se desenvolviam, notadamente a Serra e o Litoral.

A nova configuração de forças possibilitou que o projeto de governo estruturado por Júlio de Castilhos fosse atraente. Seu discurso privilegiava não só o atendimento aos interesses tradicionais, mas, também, as aspirações dos novos atores que entravam em cena. As próprias estatísticas sustentavam o projeto castilhista voltado para atender a um leque maior de reivindicações, que não aquelas ligadas aos setores tradicionais.

Em relação à ocupação demográfica das regiões gaúchas, o censo de 1890 apontava uma mudança: de 1872 a 90 a população da Serra havia aumentado 159%, enquanto a do Litoral 72% e a da Campanha 93%. Em 90, somente um quarto da população do estado vivia na Campanha e dois quintos na Serra. Em termos do grau de alfabetização, havia uma significativa diferença nos percentuais do Rio Grande dos colonos e do Rio Grande das estâncias: 58% dos habitantes de Porto Alegre e 54,7% dos habitantes de São Leopoldo eram analfabetos; contra 84% dos moradores de São Borja (LOVE, 1971, p. 59).

A zona da Campanha sofria um processo de descenso, tanto de influência política, quanto de condições econômicas. Paradoxalmente, porém, isso ocorria em pleno processo de modernização da atividade produtiva naquela região, para o qual contribuía novidades como a cerca de arame, as ferrovias e a introdução de novas raças de gado. Simultaneamente a essas inovações, declinava a necessidade de mão-de-obra nas estâncias, o que ocasionava significativo número de desempregados, gaúchos que, sem outra opção, facilmente seriam incorporados às fileiras revolucionárias. Fenômeno similar ocorreu nos departamentos do Norte uruguaio na trilha do aperfeiçoamento tecnológico da atividade pecuária.

---



*História Geral do  
Rio Grande do Sul*

---

## Os federalistas no outro lado da fronteira

Voltando às condições políticas do Rio Grande após o golpe que reconduz Castilhos ao poder, tornava-se impossível à oposição manter-se no estado, tal foi a fúria dos castilhistas contra as propriedades e a vida dos federalistas. A

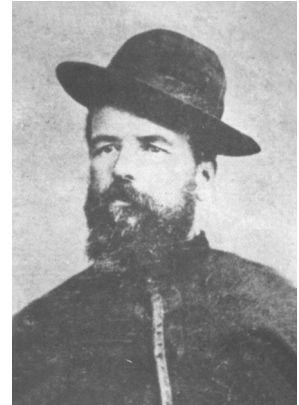
resistência era muito difícil, ainda mais quando contraposta ao apoio que os castilhistas recebiam das tropas federais.

A sanha de perseguição republicana foi responsável pelo imenso êxodo da oposição rumo ao Uruguai, numa saída estimada em mais de dez mil pessoas entre junho de 1892 e fevereiro de 93. No país vizinho, os federalistas mantinham boas relações tanto com o Partido Blanco, quanto com os colorados e muitos deles possuíam propriedades naquele país. Em levantamento realizado no ano de 1890, a listagem de proprietários de terra e de capital investido nos departamentos de Cerro Largo e Rivera apontou para um forte predomínio da nacionalidade brasileira nesses departamentos, enquanto que as inversões realizadas perfaziam quase 60% do total, diante de modestos 30% dos uruguaiois (PETRISSANS, 1987, p. 73).

Foi do Norte do Uruguai que Silveira Martins comandou a invasão ao Rio Grande do Sul. Os preparativos à incursão foram realizados com relativa tranqüilidade naquele país, alheio, na prática, aos apelos do governo brasileiro para que coibisse as atividades dos revolucionários. A troca de correspondência diplomática naquele período foi intensa e atestou o quanto um possível apoio uruguaio aos federalistas era temido. O relacionamento entre o governo rio-grandense e as autoridades uruguaias na medida do desenrolar dos acontecimentos, tornava-se cada vez mais tenso.

O governo de Castilhos, logo após a saída dos líderes federalistas do estado – levando consigo montante considerável de armamento – solicitou ao governo oriental o internamento daqueles, bem como seu desarmamento. As providências uruguaias, de acordo com o relato da Legação brasileira em Montevideú, deixaram muito a desejar. O 1º secretário da Legação, Pedro Candido Afonso de Carvalho, em correspondência ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Custódio José de Mello, referiu-se às acusações que fez junto ao Ministério das Relações Exteriores uruguaio sobre as atividades do chefe político de Rivera, coronel Escobar, no sentido de que estaria acobertando os revoltosos gaúchos. Aquele ministério não apenas negou as acusações, como ainda atribuiu a Escobar a mais estrita neutralidade.

As explicações dadas pelas autoridades uruguaias não foram suficientes para convencer o secretário que desconfiava ter Escobar prevenido os líderes federalistas locais, Rafael Cabeda e Ismael Soares, que havia ordens de internação contra os mesmos. Além disso, Carvalho afirmava que a situação evo-



Gumercindo Saraiva,  
aproximadamente  
com 25 anos.

Acervo da Família.  
RUAS; BONES, 1997.



Aparício Saraiva, chefe do Partido Blanco no Uruguai.

luía para um “conflito internacional”, demonstrando com suas observações um apurado senso de percepção, logo no início da revolução, ao indicar a possibilidade de deterioração das relações entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

A imprensa também acompanhava com extremo interesse o desenrolar dos acontecimentos. O jornal *El Siglo* publicava matérias sobre a presença do coronel federalista Amaro da Silveira e de Ferrera Diana, além de outros, na cidade de Melo – departamento de Cerro Largo. Estariam ali à espera da ocasião favorável para invadir o Rio Grande (*El Siglo*, Montevideu, 06/07/1892).

Referindo-se ao mesmo assunto, outra folha de Montevideu, *El Telegrafo Marítimo*, noticiava que os federalistas Cabeda e Paulino Vares haviam passado ao território brasileiro apesar de haver ordem do governo uruguaio para que fossem internados. Também fazia constar que o coronel Ladislau Amaro e outros federalistas estavam em Melo com intenção de passar para Bagé (*El Telegrafo Marítimo*, 05/07/1892).

A solicitação de internamento dos federalistas era premente para o governo castilhista, uma vez que se configuravam explícitos os contatos existentes entre partidários de Silveira Martins e lideranças dos departamentos fronteiriços.

A imprensa uruguaia seguia especulando sobre o aumento do número de refugiados rio-grandenses no Uruguai, estimando que em Rivera e San Eugênio era grande o contingente de exilados federalistas fugidos “das bárbaras perseguições da gente da situação imperante naquela anarquizada província”, em referência ao Rio Grande. A Legação Brasileira, por sua vez, informava ao Ministério das Relações Exteriores que calculava em torno de 15 mil o número de emigrados, declarando que apenas nos departamentos de Cerro Largo e Treinta y Três ultrapassavam os dois mil.

Os argumentos do governo do Rio Grande para pressionar as autoridades uruguaias a tomarem medidas enérgicas, a fim de coibir a ação dos federalistas em seu território, consistiam na exigência da *neutralidade* devida pelos países limítrofes nos conflitos internos do estado.

Os protestos brasileiros foram tão incisivos que os as autoridades uruguaias decidiram nomear uma comissão ministerial para averiguar as denúncias junto à fronteira. No entanto, a comissão alegou que, devido à extensão da fronteira, seria impossível coibir todos os avanços dos revolucionários, atitude que contribui ainda mais para a insatisfação do governo castilhista com o governo vizinho.



Dessa maneira, a certeza da revolução iminente levou a todo um trabalho de fortalecimento do aparato de segurança estadual. Em ato de 16 de agosto aumentou-se o efetivo da Guarda Cívica; outro, de 8 de setembro, abriu um crédito especial para atender às despesas de manutenção da ordem pública; ainda em setembro criou-se, em caráter provisório, uma guarda municipal para cada cidade do estado, sob ordens do delegado de Polícia local. Outra providência tomada pelo governo rio-grandense foi a abertura de uma linha de crédito para pagamento de despesas relativas à manutenção da ordem. No rol dessas resoluções, extinguiu-se a Guarda Cívica e criou-se a Brigada Militar.

Dentre as medidas tomadas com a finalidade de assegurar a ordem e impor a resistência aos federalistas, uma muito interessante se referia à criação de um crédito especial para *despesas secretas da Polícia*. A designação de “agentes secretos” foi a solução adotada pelo governo do Rio Grande para apurar tanto os passos dos federalistas quanto o envolvimento das autoridades uruguaias com os mesmos. Das informações obtidas pelos agentes, levantou-se inclusive suspeitas sobre a colaboração de membros da Legação Brasileira em Montevideu com os próceres federalistas.

Piquete de *maragatos orientales*. Em primeiro plano, Aparício Saraiva. RUAS, Tabajara; BONES, Elmar. *A cabeça de Gumerindo Saraiva*. Rio de Janeiro: Record, 1997.



A desconfiança de que os agentes encarregados das investigações em Montevideu lançaram sobre o encarregado da Legação, embaixador Alvim, foi de extrema significação ao rumo que iriam tomar as relações tanto entre Rio Grande e governo federal, quanto entre o estado rio-grandense e o Uruguai. De uma possível avaliação do então presidente Fernando Abbott sobre a informação recebida, pode-se desenhar duas conclusões: a primeira, de que a Legação Brasileira em Montevideu não era confiável, pois seu titular mantinha estreito relacionamento com o líder do movimento que visava desestabilizar o governo gaúcho; a segunda, de que, em face disso, as autoridades rio-grandenses deveriam encaminhar com maior autonomia as coordenadas de sua política com o Uruguai.

O embaixador Alvim, premido pelos inequívocos sinais de desconfiança de parte das autoridades do Rio Grande do Sul, demonstrava total descontentamento com tal ingerência, considerando-a indébita, e queixava-se diretamente ao ministro das Relações Exteriores.

Antes mesmo de a revolução ser deflagrada já se notava um indício de mal-estar entre os diplomatas brasileiros no Uruguai, como foi o caso de Alvim e as medidas tomadas pelo Rio Grande do Sul. Se, como parece, a gestão das autoridades brasileiras na capital uruguaia não satisfazia a expectativa do Rio Grande, nada mais ao estilo da tradição deste estado do que gerir por seus próprios meios a sua política externa. Adviria daí um tipo de relacionamento com o país vizinho que não contemplaria as bases ditadas pelo Ministério das Relações Exteriores, mas sim colocar-se-ia à margem deste, desenvolvendo-se uma verdadeira *diplomacia marginal*.

As críticas ao procedimento do governo uruguaio no que diz respeito à presumível conivência com os federalistas, também ganhavam as páginas dos

jornais republicanos do interior do estado. Muito à vontade, não poupavam críticas e ataques aos



Acampamento.  
Aparício Saraiva ao  
centro, com a cuia de  
chimarrão.

uruguayos – como foi o caso da imprensa de Pelotas – a qual atribuía ao país vizinho a responsabilidade de acobertar os federalistas em qualquer “tentativa audaz, brutal e selvagem”. As palavras duramente ofensivas demonstravam que uma disputa pelo poder político estadual ganhava as cores de uma contenda internacional.

Os achaques sofridos pelos uruguayos através da folha de Pelotas repercutiram no país vizinho não somente no âmbito diplomático, mas também no circuito da imprensa montevideana, que se pronunciou de forma bastante áspera contra o ocorrido. Ao protestar contra as insinuações do jornal pelotense, qualificando-as de “caluniosas para o governo e deprimentes para a nação”, aprofundou o tom das críticas ao governo rio-grandense ao imputar-lhe responsabilidade sobre a publicação. Consideravam os ataques formulados por um órgão de imprensa inspirado nas autoridades locais que administravam em nome do governo central do Rio Grande como verdadeiras ameaças e *insolente provocação*. Em tom de extrema contundência, o periódico *La Nación*, porta-voz do governo uruguaio, publicou editorial no qual afirmava que

---

as autoridades rio-grandenses podem desejar que o Governo Oriental ponha-se a serviço delas para perseguir os emigrados; porém, sabem que não podem pedi-lo e, sobretudo, sabem que não poderiam consegui-lo, porque ante nosso governo não há nem pode haver senão cidadãos brasileiros, que, enquanto se submeterem às disposições de nossas leis, e cumprirem com elas, observando a ordem e dedicando-se aos seus negócios pessoais, têm direito à proteção e ao amparo que a todo habitante garantem as instituições da República (*La Nación*, Montevideu 13/12/92).

---

Ao que parece, o governo uruguaio falava pela voz do diário dizendo aquilo que a diplomacia oficial não se arriscava a dizer em seus ofícios de governo a governo. O embate retórico ganhou toda a sua dimensão quando os federalistas efetivamente invadiram o Rio Grande, em fevereiro de 1893, declarando guerra ao governo estadual. Aí, a crise além-fronteiras agravou-se substancialmente. Isso prova que a situação de fronteira viva com o Uruguai, e todas as implicações que disso decorrem, concedeu ao Rio Grande do Sul, uma condição até certo ponto privilegiada, se considerarmos que o conflito de 1893 – cujas raízes atrelavam-se à disputa pelo poder local – desencadeou um atrito de proporção internacional. Tal situação, somada à necessidade de fortalecimento das instituições republicanas, foi decisiva para a mobilização do governo federal em função dos interesses da máquina castilhista.

Na sua relação com o governo federal, no entanto, o Rio Grande do Sul permanecia atrelado a um velho dilema: autonomia ou subordinação? Paradoxalmente, constata-se que concomitantemente às solicitações de intervenção do governo federal junto ao governo uruguaio a fim de exigir pelas vias diplomáticas a manutenção da neutralidade daquele país no confronto gaúcho, o PRR foi, paulatinamente, configurando um estilo de governo diferenciado dos demais partidos republicanos da federação, fosse por sua condição periférica, fosse por seu autoritarismo. Isso refletiu-se também na escala de seu relacionamento internacional. Os sucessos de 1893, no patamar das vinculações externas, prepararam caminho para uma experiência de diplomacia *sui generis*, a qual dispensaria a mediação do próprio Ministério das Relações Exteriores.

Uma vez invadido o Rio Grande pelos federalistas através da Fronteira, o conflito espalhou-se por outras regiões do estado, como a Serra e o Litoral, tendo essas, porém, envolvimento menos direto na contenda. Da mesma forma ocorreu no Uruguai, onde os departamentos do Norte foram o palco principal das agitações federalistas e sentiram de perto o efeito das alianças contraídas entre caudilhos locais e revolucionários de Silveira Martins. Compreenderemos melhor esse fato se situarmos os departamentos do Norte uruguaio, os chamados “departamentos *blancos*”, no contexto sociopolítico uruguaio.

## Panorama da fronteira uruguaia nos anos 1890

O Uruguai da década de 1890 apresentou mudanças muito significativas em relação aos períodos anteriores, principalmente em termos de crescimento demográfico. A população, que na década de 1850 era contabilizada em cerca de 130 mil habitantes, alcançava, no fim daquele século, quase um milhão. As causas deste *boom* populacional podem ser atribuídas a vários fatores, entre os quais o alto crescimento vegetativo e os elevados índices de imigração. A abundância de alimentos num país que os produzia e tinha dificuldades de colocá-los totalmente no mercado mundial, particularmente a carne, e também os aperfeiçoamentos sanitários, contribuíram à rápida elevação do contingente populacional.

Em termos econômicos, o país seguia exportando carne de gado, em forma de charque, ao Brasil e Cuba; a novidade era a exploração de ovinos, principalmente em função do valor adquirido pela lã no mercado têxtil. O desenvolvimento do setor financeiro teve tal importância, que acabou equiparando-





se em influência aos grandes proprietários de terras. Colaborando para essa prosperidade econômica estavam as ferrovias, inexistentes ainda na década de 1860, mas plenamente implantadas entre 1884 e 92.

Ao lado desse processo de modernização econômica, adveio séria crise que atingiu a Campanha em proporção maior, pois atrás da modernidade ocultavam-se tremendos desajustes: desenvolvimentos econômicos desiguais de uma região para outra, do Litoral ao Norte fronteiro; esplendor pecuário junto ao raquitismo agrícola e industrial; riquezas enormes aos estancieros e empobrecimento cada vez mais agudo à população rural trabalhadora (BARRAN; NAHUM, 1993).

A paulatina desocupação a que esteve condenado o *pobrero rural* teve origem na adoção de novas técnicas de produção, como, por exemplo, o cercamento das propriedades que passaria a exigir um número cada vez menor de peões para controlar o gado; a introdução da máquina de tosquiar, que facilitava e reduzia o tempo necessário à tarefa, diminuindo em cinquenta por cento a mão-de-obra antes ocupada; a utilização dos bretes, que simplificaram as atividades de marcar, castrar, descornar e classificar, que, entre as atividades da estância, era o que mais demandava pessoas para o trabalho. O considerável aumento das linhas férreas também contribuiu para abortar a ocupação da peonada, uma vez que suprimiu, em parte, a carreta, a diligência e a tropa de gado, atividades típicas daquela gente.

As transformações ocorridas nas estâncias foram responsáveis pelo agravamento da miséria da classe trabalhadora rural, que foi confinada ao *pueblo de las ratas*, tal eram as condições a que estavam submetidos em sua maioria.

Essa conjuntura foi mais perceptível naqueles departamentos onde prevalecia a criação de gado vacum, cuja demanda por mão-de-obra era bastante inferior àquela da lida com o gado lanar. Entre 1891 e 92, em Cerro Largo, departamento onde predominava o vacum, havia um peão para cada 1.054 hectares; já em Soriano, com abundância de lanares, a porcentagem era de um peão para cada 664. Um estancieiro do departamento de Treinta y Três, ocupava duas vezes e meia menos mão-de-obra do que outro em Flores. Como se percebe, os departamentos do Norte, nos quais a criação era predominantemente vacum, foram os mais atingidos no processo de pauperização da classe trabalhadora rural: Artigas, Salto, Tacuarembó, Cerro Largo, Rivera, Treinta y Três e Paysandú, quase todos do Norte e fronteiros, âmbito do latifúndio tradicional.

Ao ser expulsa das estâncias, à peonada não restava muitas alternativas de ocupação. As mulheres dedicavam-se aos serviços domésticos nas fazendas

## Trincheiras da resistência ao cerco de Bagé.

Acervo Attila Taborda, Bagé.



e povoados do interior como lavadeiras, cozinheiras e mucamas. Esse, porém era um mercado cuja oferta de trabalho superava em muito a demanda, tendo de ser muito disputado. Aos homens cabiam tarefas sazonais, serviços temporários, como a safra, nos departamentos agrícolas, ou a tosquia, nos departamentos de criação. O aumento da pobreza determinou que essa classe optasse por atividades ilícitas, como a prostituição, o jogo e o contrabando, secularmente vigente naquela zona fronteiriça.

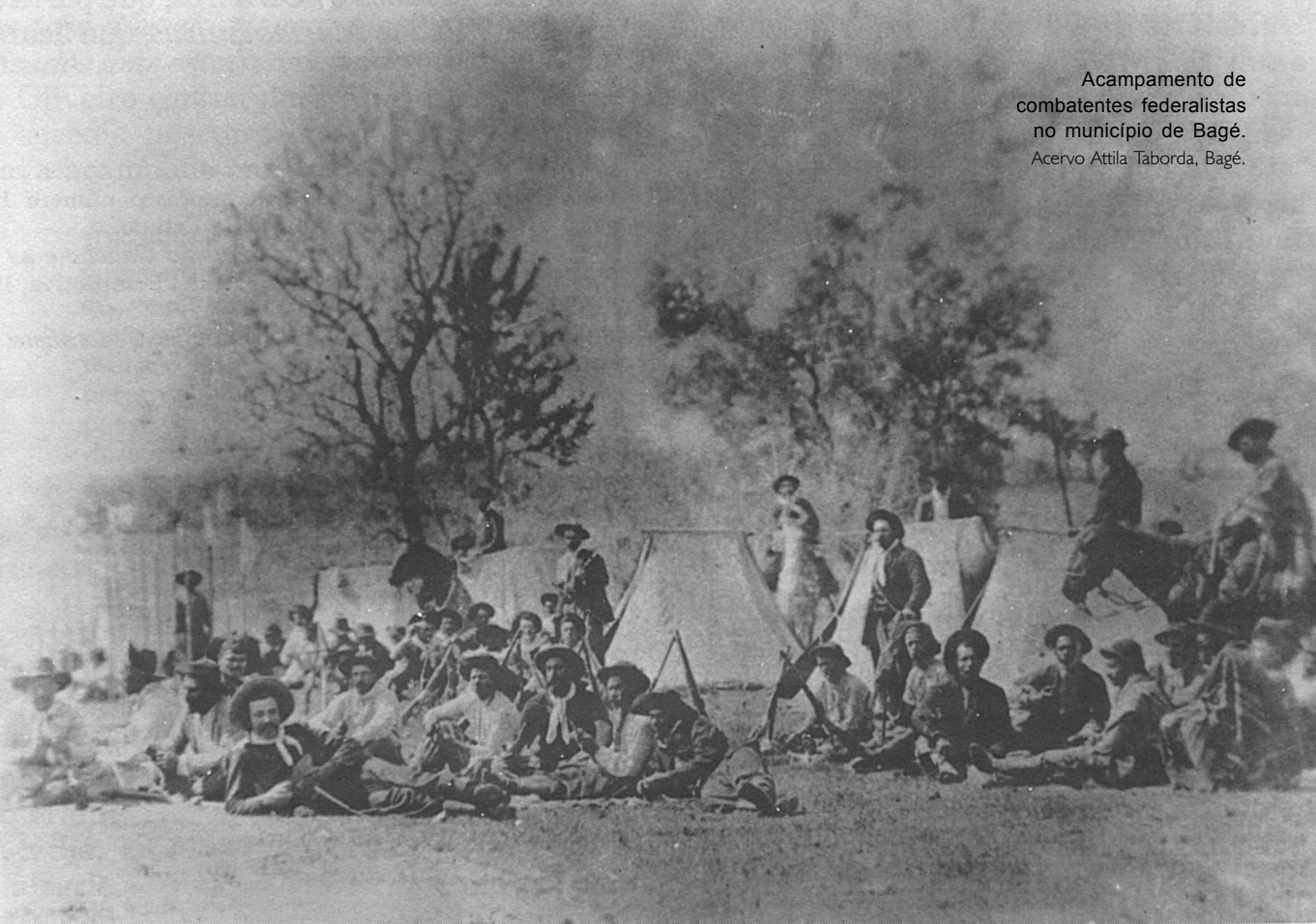
Como última opção de trabalho aparecia o engajamento nos corpos da Polícia ou do Exército. O soldo, no entanto era muito baixo e além do mais praticamente nominal, uma vez que de antemão ficavam comprometidos com a alimentação e a moradia, descontadas pelo governo; isso sem citar o fato de que eram pagos com atrasos de três e até quatro meses. Este era o último recurso ao qual lançava-se mão, após o fracasso das outras escassas opções.

Este quadro de empobrecimento das peonadas e de seu desejo de derrubar as cercas que lhes tomavam a oportunidade de colocação nas estâncias, o pobrerio disponível, em face das circunstâncias, engrossou as fileiras revolucionárias, participando numa luta que se não era a deles, lhes proporcionou “*aire limpio y tripa gorda*”, como eles próprios referiam-se. Com isso, não estamos descartando a existência de um significativo conteúdo emocional de adesão à divisa *blanca*, não mensurável, porém característico das relações que se estabeleceram na política da zona fronteiriça, cujo cunho individual e afetivo era fato.



História Geral do  
Rio Grande do Sul

Ana Luiza Setti  
Reckziegel



É certo que a circunstância de os federalistas traçarem suas estratégias de guerra, municiarem-se e servirem-se de homens para seus exércitos em solo uruguaio não foi possibilitada, exclusivamente, pelas condições socioeconômicas daquela região. O Uruguai de então, possuía, na verdade, duas instâncias governamentais paralelas: a de Montevideú, nas mãos do Partido Colorado, e a de Cerrito, do Partido Blanco, cujo líder vinha a ser Aparício Saraiva.

## A revolução sob duas bandeiras: federalistas e *blancos*

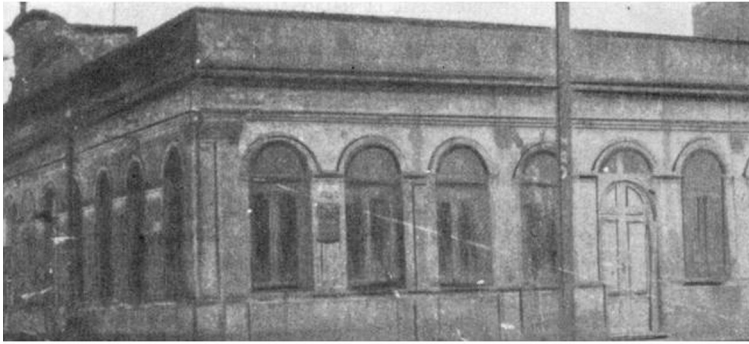
Até este momento, procurou-se evidenciar o caráter de interconexão que historicamente se estabeleceu entre Rio Grande do Sul e Uruguai, notadamente entre a chamada “zona de fronteira”. Do mesmo modo, percebeu-se que durante os períodos de convulsão revolucionária, fosse de um lado, fosse de

---

  
Volume 3  
República Velha  
Tomo I

---

I.  
1893: a revolução  
além fronteira



Casa de Gaspar Silveira Martins, em Melo, Uruguai.  
Local de reunião dos federalistas.

outro da fronteira, o inter-relacionamento rio-grandense-uruguaio pode ser encarado numa dimensão ainda mais significativa. O rasgo temporal que compreende a Revolução Federalista não foi diferente em termos da imbricação bilateral, no entanto, apre-

sentará uma particularidade: em nenhum momento anterior as ligações de um grupo de rio-grandenses com uma facção de uruguaio causou tamanho constrangimento internacional ou gerou crise tão significativa no relacionamento diplomático. A diferença desse momento foi marcada por um fato inusitado em termos das relações Brasil-Uruguai, configurado pela relativa autonomia com a qual o governo rio-grandense encaminhou o diálogo com o governo estabelecido em Montevidéu, o qual consistiu numa verdadeira *diplomacia marginal*.

A revolução eclodiu no dia 2 de fevereiro de 1893, quando os federalistas liderados por Gumercindo Saraiva, passaram a Fronteira rumo a Bagé com mais de 400 homens, em grande parte brasileiros, usando divisas vermelhas, mas também com número considerável de orientais, que ostentavam divisas brancas, demonstrando sua vinculação com o Partido Blanco.

Os preparativos de invasão vinham sendo feitos desde o ano anterior, com mobilizações de federalistas que recebiam apoio nos departamentos de Cerro Largo, especialmente na cidade de Melo e de Rivera, e também de um número significativo de rio-grandenses que possuía propriedades nesses locais, como era o caso de Silveira Martins e Leopoldo Maciel, ou que ali estavam instalados como foi o caso do médico Ângelo Dourado.

Os líderes federalistas faziam constantes encontros preparatórios para a insurreição. A casa de Gaspar Silveira Martins, em Melo, transformou-se no quartel-general dos revolucionários. As reuniões estendiam-se noite adentro, tratando da obtenção do armamento e de contribuições pecuniárias de fazendeiros da região. Junto aos estancieiros da Fronteira foi conseguido montante significativo para os recursos de guerra. Foi o caso de doações vindas de Rivera, Salto e San José. Aqueles que não contribuía com dinheiro, ofereciam os títulos de suas propriedades ao comitê revolucionário e também homens para a luta.



A imprensa de Montevideu descrevia a situação em que se encontrava a Fronteira em artigos extensos e detalhados. Ainda no mês de fevereiro, o jornal *El Dia* informava que as incorporações às forças federalistas eram muitas e vinham das cidades de Santana, Caçapava, Dom Pedrito – onde uma força do Exército havia auxiliado os federalistas na tomada da cidade, Bagé – na qual parte do 5º Regimento de Cavalaria sublevou-se e aderiu às tropas de Silva Tavares – ocorrendo o mesmo em São Borja. As autoridades de Rosário, conforme a folha publicava, também haviam desertado e aderido aos federalistas. Isso era indício de que a revolução era fato e triunfava. Quanto à participação dos uruguaios, registrava o diário: “Dia a dia aumentam os voluntários orientais no exército revolucionário” (*El Dia*, 28/02/1893).

O noticiário da capital uruguaia dava conta de que da localidade de San Eugênio haviam partido em tropa a maior parte dos muitos federalistas que há tempo ali habitavam. Em Santana do Livramento, da mesma forma, reuniam-se numerosas forças revolucionárias, comandadas por David Silva. Este vinha a ser cunhado de Rafael Cabeda, o grande líder federalista de Santana do Livramento. Eram sócios num estabelecimento comercial, Silva & Cabeda Filhos, no qual David Silva exercia a função de gerente, enquanto Rafael tinha a seu cargo o setor contábil. Cabeda iniciou sua trajetória política filiando-se ao extinto Partido Liberal e elegendo-se vereador à Câmara Municipal de Livramento. Com a implantação da república e a conseqüente exoneração das autoridades municipais ligadas aos liberais, muitas figuras políticas locais transferiram residência para Rivera. Entre essas, estava Rafael Cabeda, amigo pessoal de Silveira Martins.

Cabeda exerceu importante papel na organização da resistência federalista nessa zona da Fronteira, contando com uma colaboração de muita relevância, a do chefe político de Rivera, coronel José Nemencio Escobar, do Partido Colorado, que concedeu aos rebeldes ali instalados todo o tipo de facilidades.

A acusação de colaboracionismo com os federalistas imputada à cidade de Rivera, parece merecer crédito. Era fato que ali as autoridades uruguaias faziam vistas grossas às atividades dos insurrectos rio-grandenses. O intendente de Santana, Sebastião Barreto, ou Tatao Barreto como era também conhecido, relatava ali se evidenciava “a proteção escandalosa que as autoridades desta fronteira dão aos revoltosos” (Arquivo Histórico do Itamaraty – Governos Repartições, Autoridades Regionais e Locais. Livramento, 25/02/1893).

Às palavras do intendente de Livramento somam-se os artigos veiculados pela imprensa, corroborando o fato de os federalistas organizarem-se em

solo uruguaio e terem o aval das autoridades, situação peremptoriamente negada pelas instâncias superiores daquele país. Em relação a tais acontecimentos, Castilhos telegrafava a Floriano e, indignado, relatava que “autoridades orientais não procuram salvar nem mesmo as aparências, protegendo abertamente plano invasão” (Arquivo Nacional - AP 08, Cx 8L-2, Pac-3/RS - Porto Alegre, 16/02/1893).

As vinculações entre federalistas e uruguaio transformaram-se numa questão constante na pauta das discussões diplomáticas, cujo destaque foi imenso na imprensa de ambos os países. Os brasileiros exigiam a manutenção da neutralidade, enquanto que os uruguaio cobravam a violação de seu território pelas tropas castilhistas que, segundo eles, o adentravam em perseguição aos federalistas.

O governo castilhista fazia o possível para guarnecer a Fronteira, enviando batalhões de soldados para tentar impedir a constante passagem dos federalistas de um lado a outro. Entretanto, os recursos estaduais para a formação das tropas escasseavam e, entendendo ser essa uma função do governo de Floriano Peixoto, as autoridades rio-grandenses solicitavam a verba federal para custearem as despesas com a vigilância da Fronteira. A correspondência remetida a Floriano pelo presidente Castilhos atesta sem sombra de dúvida que este último pressionava o presidente da República a mandar os recursos atrelando o conflito com os federalistas a uma questão de segurança nacional. A República, segundo o mandatário gaúcho, corria riscos devido à ação restauradora dos seguidores de Gaspar Silveira. O conflito local, assim, nas palavras de Castilhos, tomava a proporção de atentado às instituições republicanas.

O presidente gaúcho não poupava as palavras quando se dirigia a Floriano, dizendo-se disposto a fazer tudo “pela estabilidade do país e felicidade do Rio Grande, cujos destinos interessavam vivamente à república”, aludindo ao peso que o estado sulino representava no concerto nacional. As alterações ocorridas no Rio Grande não deixariam de ecoar no equilíbrio da ainda instável república. Ora, as condições vigentes no estado, cuja oposição preparava-se para disputar o poder e mantinha-se estacionada além-fronteiras nacionais, com sérios indícios de convivência estrangeira, significavam um manancial enorme a ser explorado por Castilhos em benefício de sua consolidação no poder. Afinal, sob sua perspectiva, estava-se diante de uma situação muito complexa, que envolvia o âmbito da segurança fronteiriça, sendo que, a partir da inclusão do componente internacional a questão tomava caráter nacional. Ou seja, o Rio Grande não só estava ameaçado pela anarquia da contenda doméstica,



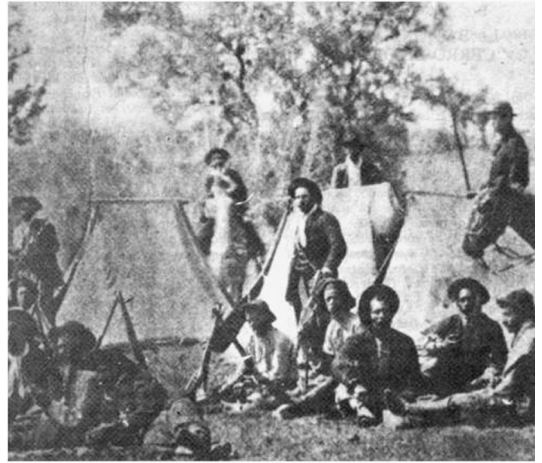
como também estava à mercê da ingerência externa. Esse era o quadro pintado com as tintas castilhistas.

Os pleitos de Castilhos junto a Floriano eram, geralmente, de duas ordens: aqueles relativos aos recursos financeiros necessários ao armamento das tropas para enfrentar os federalistas e aqueles cuja função consistia em alarmar o governo federal a respeito da integridade da república, imputando aos federalistas a pecha de monarquistas e separatistas, e ao vizinho Uruguai a intenção de anexionista.

Ao contrário do que uma análise mais apurada possa indicar, os apelos de colaboração ao governo federal não retiravam das mãos de Castilhos o controle de suas estratégias de ação. Através da correspondência analisada, por exemplo, percebe-se que Castilhos tinha clareza sobre as atitudes que deveria tomar quanto aos revolucionários, bem como frente ao suposto envolvimento dos uruguaios junto aos federalistas. O diálogo mantido com o presidente faziam, sim, parte de uma política de bom relacionamento, porque: em primeiro lugar, o presidente devia a Floriano seu retorno ao poder estadual em junho de 1892, quando o presidente foi conivente com o golpe que derrubou o *governicho*; em segundo lugar, as verbas federais permitiriam financiar todas as modificações instituídas com a finalidade de reforçar o aparato de segurança do estado, completamente centralizado nas mãos de Castilhos, e em terceiro lugar, as manifestações do governo federal de apoio à causa do PRR avalizavam suas ações frente aos inimigos.

As circunstâncias que determinaram o apoio dos *blancos* à guerra travada pelos federalistas contra o governo de Júlio de Castilhos têm, além das identificações fronteiriças em nível sociocultural e econômico, um componente fundamental que vem a ser representado pela posição do Partido Blanco na cena política uruguaia no início da década de 1890.

Superior à existência de motivações comuns, fosse interesses econômicos, fosse um programa político ideologicamente similar, o apelo à violência revolucionária é que representou o papel de liame unificador entre os federalistas de Gaspar Silveira Martins, em 1893, e os *blancos* de Aparício Saraiva. Não se tratava somente de assalto ao poder, mas o mote dessas revoluções foi o dilema centrado na impossibilidade da disputa política. Ora, se tomarmos



Acampamento de soldados de Aparício Saraiva na guerra civil de 1893-95.



Castilhistas da Divisão do Norte. Batalha do Pulador (Passo Fundo).

Arquivo Histórico Regional – UPF

o caso gaúcho veremos um governo despótico que se adonou do poder através de um golpe, em 1892, e, a partir daí, desencadeia uma perseguição sem trégua à oposição. Por sua vez, a situação uruguaia dizia respeito a um país dividido praticamente em dois grandes feudos. O governo de Cerrito, instalado no departamento de Cerro Largo, representativo dos interesses da campanha, e o governo instalado em Montevidéu, ao redor do qual gravitavam os negócios da cidade-porto.

A atitude de Herrera y Obes agravou a onda de insatisfação que atingia o Partido Blanco, melhor dizendo, a ala tradicionalista do partido, capitaneada por Aparício Saraiva. O caudilho representava a liderança personalista desaparecida desde a morte de Timoteo Aparício. O fenômeno caudilhista não estava aniquilado, voltando a atrair a massa de despossuídos, cuja representação irregular seria exercida pelos caudilhos. A partir de 1891, quando se criou a Comissão Militar do Partido Nacional, com o objetivo de desvanecer os antagonismos entre os elementos civis e caudilhescos, os *blancos* da Campanha converteram-se em milícia disposta à revolução. Se nesse momento ainda faltava o caudilho de dimensão nacional, a atuação de Aparício Saraiva





na guerra civil gaúcha, de 1893, seria o grande ensaio que o prepararia para liderar as revoluções de 1897 e 1904 em seu próprio país.

## Federalistas e colorados

No que tange às conexões existentes entre federalistas e governo uruguaio, informava-se que Gaspar Silveira Martins e o presidente Herrera y Obes encontravam-se assiduamente no Hotel Nova Barcelona, no qual o federalista hospedava-se, em Montevidéu. O contato realizado entre os dois era atribuído ao embaixador Mello e Alvim, da Legação brasileira em Montevidéu, que era acusado pelos agentes secretos do castilhismo de traição.

As acusações sobre o embaixador Mello e Alvim agravaram-se a ponto de o mesmo ser substituído em agosto de 1893. Telegramas cifrados de Montevidéu ao Rio de Janeiro indicavam a presença de espões na própria Legação, imbuídos de informar tudo quanto lá se passava. Não recomendavam confiança sequer no ministro interino e pleiteavam a vinda em caráter de urgência do novo designado (Arquivo Nacional, AP08 -Cx 8L-4, pac-4, 14/07/1893 - Montevidéu).

Nos primeiros meses de guerra, as autoridades rio-grandenses travaram longa luta junto ao Ministério das Relações Exteriores com o intuito de retirar o embaixador brasileiro da Legação em Montevidéu. Vitorino Monteiro, ex-presidente gaúcho que posteriormente foi nomeado à Legação no Uruguai, escrevia ao marechal Floriano declarando que o ministro Alvim constituía-se em sério obstáculo aos interesses gaúchos. O interessante nesta correspondência é notar que Vitorino considerava Alvim perigoso em função de “suas simpatias pelos inimigos da república, o que não nos surpreende pelas suas idéias monárquicas” (Arquivo Nacional - AP 08, Cx 8L-2, Pac-3/RS, Porto Alegre, 21/02/1893).

Se, no entanto, o ministro Alvim pendesse simpatias para com a causa federalista esse não seria um privilégio exclusivamente seu, visto que a imprensa brasileira, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, indignava-se com o arbítrio político dos castilhistas no Sul. Constituía-se em tema comum nos jornais do centro do país a condenação ao governo rio-grandense e, não raras as vezes, a imprensa manifestou-se no sentido de solicitar a intervenção federal no governo de Júlio de Castilhos. A esse propósito, também a Câmara e o Senado haviam se pronunciado a favor de uma mediação por parte do governo central.

Contudo, à medida que surte efeito a campanha que o PRR desencadeou, atrelando os federalistas ao movimento monárquico restaurador, enfraqueceu



I.  
1893: a revolução  
além fronteira

a hipótese de intervenção no Rio Grande. Ao contrário, Floriano enviou todos os esforços para suprir os castilhistas de quadros para enfrentar a revolução e garantir a consolidação da república.

As gestões para a substituição do embaixador Alvim tornaram-se mais agressivas à medida em que os revolucionários federalistas alcançavam êxito em suas escaramuças. O próprio Júlio de Castilhos teceu considerações junto a Floriano nos seguintes termos:

---

Permita-me lembrar-vos necessidade urgente retirada Alvim Montevidéu, pois que continuo receber informações que dizem que ele comunica Gaspar tudo quanto sabe, de modo que esse aventureiro está a par das resoluções e ordens do vosso governo. Parece imprescindível colocar Montevidéu ministro que seja verdadeiro amigo República, inteligente, ativo, criterioso e enérgico. Neste caso penso achar-se amigo Vitorino Monteiro .

---

A pressão exercida por Castilhos junto ao presidente Floriano surtiu efeito, sendo que Vitorino Monteiro, homem de confiança do presidente gaúcho, seria nomeado embaixador em Montevidéu no segundo semestre de 1893. Da Legação, Vitorino acompanharia atentamente os passos de *blancos* e *colorados* no que se referia aos interesses do governo castilhista.

O novo embaixador no Uruguai era dono de um estilo bem mais agressivo do que seu antecessor no que tangia à defesa dos interesses do governo rio-grandense. Dedicou-se com afinco a impedir que armamentos chegassem às mãos dos rebeldes e atuou diuturnamente junto às autoridades daquele país para coibir atividades dos revolucionários no território uruguaio. Muito bem informado sobre os passos dos líderes federalistas, tanto em Melo quanto em Rivera, manteve assídua correspondência com o presidente Floriano, atribuindo como fator de êxito dos federalistas a “escandalosa proteção desse governo e autoridades”, referindo-se aos uruguaiois.

Um trunfo de que Monteiro soube valer-se muito bem junto às autoridades orientais referia-se à dívida que o Banco da República tinha junto ao Brasil. A questão de caráter econômico rendeu muitos dividendos políticos ao Rio Grande do Sul, a partir do momento em que o embaixador entrou nas negociações para solucionar o problema do débito oriental. Daí em diante, houve um empenho maior das autoridades orientais no que se referia às interações dos federalistas, o que de fato ocorreu. Vitorino considerou o efeito dessas medidas como “uma verdadeira bomba” de “grande efeito moral”, desapontando e enfurecendo os revolucionários.



Apesar do otimismo contido na correspondência do embaixador, considerando exitoso seu gerenciamento contra-revolucionário, Vitorino enfrentou a hostilidade das manifestações populares em protesto contra o Brasil, ocorridas em Montevidéu, em meados de setembro de 1893. O fato que ocasionou as alegadas manifestações referia-se ao assassinato do tenente Cardozo, de seu assistente e do encarregado da aduana em Rivera, Medardo Gonzalez, pelas forças militares rio-grandenses. Ao que consta, o oficial estava passando na fronteira entre Rivera e Livramento – separadas por uma rua apenas –, quando a tropa brasileira, após ordenar-lhe que parasse, abriu fogo contra ele. Para atenuar a gravidade do acontecido, presume-se que os corpos tenham sido arastados para o lado brasileiro.

O assassinato dos oficiais uruguaios causou verdadeira comoção pública, tendo o povo de Rivera pegado em armas, aprontando-se para um revide. A imprensa montevideana publicou inúmeros artigos exigindo imediata apuração do caso, visto descrever da versão dada pelo general Isidoro, estacionado com suas tropas em Livramento.

As queixas contra as invasões e arbitrariedades cometidas pelos brasileiros no Uruguai sucederam-se na correspondência remetida por Alvares Conde a Freire, às quais o ministro brasileiro respondeu dizendo-se surpreso sobre as repetidas reclamações do governo oriental, suspeitando que foram apresentadas para contrabalançar os justos motivos de queixa que o Brasil tinha contra a parcialidade das autoridades de Rivera. É incontestável que essas mesmas autoridades consentiram e consentem em que grupos de revolucionários se preparem para atacar o governo do Rio Grande do Sul.

O governo rio-grandense movia campanha incessante sobre a neutralidade uruguaia no conflito, tanto junto à imprensa quanto junto ao governo federal. A par disso, o titular da pasta das Relações Exteriores encampou a mesma postura, sendo bastante agressivo nas tratativas com o representante do Uruguai no Rio de Janeiro, ao alegar que as invasões brasileiras seriam retaliações ao procedimento do Uruguai. A atitude do ministro configurou-se numa demonstração de força e de ameaça velada contra o país vizinho, repercutindo gravemente em Montevidéu.

Em longo documento, o ministro das Relações Exteriores da República Oriental, Manuel Herrero y Espinosa, cientificou o encarregado da Legação no Rio, Alvares Conde, sobre as reações do governo uruguaio a respeito da posição do ministro brasileiro. O presidente Herrera y Obes, havia se sentido extremamente surpreendido e desagradado “com os termos usados por Felisbello Freire que, no seu entender, indicavam “o propósito do governo do

Brasil de não atender nossas justificáveis reclamações, sendo estas de caráter grave [...] como que afetam a soberania e ofendem o decoro nacional.”

É patente que a convulsão entre castilhistas e federalistas havia extrapolado o limite nacional, convertendo-se em elemento de constrangimento internacional. O ponto de ebulição dessa situação seria atingido com o assassinato do tenente Cardoso, em Rivera, que acabou por extrapolar a instância diplomática causando verdadeiro furor na população cuja memória foi reavivada através dos editoriais da imprensa montevideana.

Em protesto ao acontecido em Rivera, uma massa popular reunida na praça pública de Montevideú encaminhou-se ao consulado brasileiro gritando palavras hostis aos brasileiros. De acordo com o relato feito pelo ministro Vitorino, não chegaram a violências materiais porque a Polícia os impediu, havendo, porém, populares e policiais feridos no distúrbio (Arquivo Nacional – AP08, Cx 8L-6, Pac 4. 03/09/1893 - Montevideú Vitorino Monteiro a Floriano Peixoto).

Nessas circunstâncias, o mal-estar e a animosidade pouco disfarçada entre uruguaios e brasileiros extrapolavam as instâncias oficiais, popularizando-se. O trabalho da imprensa, que noticiava passo a passo o andamento da revolução e o conseqüente trâmite fronteiriço constituiu-se em subsídio essencial àquelas manifestações, sendo que aumentava, a cada dia, o espaço jornalístico destinado à revolução rio-grandense, que se tornava assunto de caráter internacional.

Guardadas as proporções, pode-se dizer que os federalistas, em 1893, abriram um ciclo revolucionário que, apesar de não convergir à mesma causa, singularizava-se num ponto de confluência comum. Esse residia não apenas no fato de *blancos* e federalistas partilharem a zona de fronteira, quer no seu significado econômico, quer no estratégico, mas sim na questão de que, da mesma maneira que a oposição federalista não tinha como se manifestar devido à hermética estrutura político-repressiva firmada pelo castilhismo, também os *blancos* encontravam-se imobilizados em função da manipulação político-eleitoral realizada pelo governo colorado.

Castilhos, por seu turno, dedicou-se integralmente à luta contra federalistas, ditando as regras ao seu combate. Ciente da condição privilegiada de estado fronteiriço, de importância geopolítica estratégica ao equilíbrio com seus vizinhos platinos e imposição da hegemonia brasileira na região, o presidente gaúcho lançou mão também de outro argumento, além da ameaça restauradora, para desmoralizar os revolucionários: o risco de separação do Rio Grande do restante do país, expediente recorrente na história gaúcha, e a possível anexação do estado pela República Uruguia.



Amplamente explorada pela imprensa castilhista, a separação aparecia como cogitação relevante. O fato de os federalistas articularem-se em território uruguaio constituía prova contundente de que planos separatistas vigorariam caso os revolucionários fossem vitoriosos. A própria imprensa montevidéana dava vazão às suspeitas de separatismo publicando artigos cogitando diretamente a questão.

A possível separação do Rio Grande e uma futura anexação ao Uruguai ocupou quase que toda a imprensa do Rio da Prata. As declarações dos emigrados causaram enorme polêmica, e os jornalistas, à procura de declarações diretas de Barros Cassal, ouviram do ex-presidente a respeito da separação que “não desejava, entretanto, romper o laço de união com o Brasil”.<sup>2</sup>

Outras declarações davam conta de que o propósito dos federalistas não era dividir o Brasil, mas isso poderia ser inevitável se o restante do país “por prostração de espírito, resignar-se a suportar o governo da força” (MENA SEGARRA, 1977, p. 19).

A nomeação de Vitorino Monteiro à Legação no Uruguai inaugurou um período onde as gestões brasileiras naquele país concentraram seus esforços em torno dos interesses do governo do Rio Grande do Sul. Vitorino fez as vezes de um lídimo representante dos interesses castilhistas, marginalizando as questões diplomáticas que não estivessem estreitamente vinculadas à guerra civil gaúcha, como verificaremos em seguida.

Designado ao cargo máximo da Legação brasileira em Montevidéu, Vitorino Monteiro foi um diligente representante dos interesses do governo rio-grandense. Tanto, que os demais diplomatas residentes na capital uruguaia tinham-no como “ministro especial do presidente Castilhos”.

Os procedimentos do embaixador Monteiro repercutiram de forma negativa em alguns jornais do Rio de Janeiro, especialmente no *Jornal do Brasil* que, no intuito de verificar *in loco* o que ocorria no Sul, enviara um correspondente a Montevidéu e também a outras localidades do Rio Grande.

O repórter reconstituiu em seus artigos a trajetória de Vitorino Monteiro na capital uruguaia, desde sua chegada ali. Apontava que praticamente toda a imprensa montevidéana havia recebido o representante brasileiro “de lança em riste”, atribuindo-lhe a autoria de diversas publicações nos jornais de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, contra o então presidente Julio Herrera y Obes. Tais acusações, no entanto, não conseguiram ser provadas, mas nem por isso a imprensa deixou de fazer-lhe uma guerra sem tréguas. Efetivamente, tinha seus motivos para tal. Vitorino tratou logo de se aproximar do presidente Herrera y Obes e sobre ele exercer sua influência. Desse modo, obteve,

entre outras coisas, a prisão de Silveira Martins e o fornecimento de armas e munições para suprir tropas legalistas no Rio Grande. Entretanto, o governo uruguaio também tinha seus interesses nessa aproximação, tirando dividendos quando das negociações sobre a dívida entre o Banco de Crédito Popular do Rio e o Banco Nacional Uruguaio. Com o aval de Floriano, Vitorino resolveu a questão das pendências financeiras entre os dois países, num arranjo que a imprensa brasileira qualificou de “desastroso”.

---

Um dos expedientes usados por Vitorino para cooptar a colaboração das autoridades orientais foi o oferecimento de periódicos banquetes, que se tornaram célebres em Montevideú. Para essas ocasiões eram dispendidas verdadeiras fortunas, despesas as quais sequer eram justificadas pelo ministro. Outro método de ação de Vitorino consistia em arregimentar informantes, dentre eles um em especial era um telegrafista de nome Vianna, do Partido Blanco, que lhe comunicava a cópia de todos os telegramas que passavam por sua repartição.

---

Algumas atitudes do ministro Monteiro, contudo, não eram bem vistas pela sociedade montevidéana. Por ocasião dos bailes de carnaval, por exemplo, Vitorino promoveu um baile de máscaras no palacete da Legação ao qual ele próprio compareceu fantasiado. Como era praxe, os eventos realizados pelo diplomata tinham sempre o intuito de tirar alguma vantagem junto à cúpula política oriental e isso não passava despercebido, o que causava indignação e menosprezo a sua pessoa, tida como inescrupulosa.

Em face à conjuntura de guerra no Rio Grande, tornava-se difícil a substituição de Vitorino, sendo que vários dos indicados recusaram a proposta em função da grande tensão existente na área fronteiriça. Mesmo assim, tanto a imprensa quanto significativo número de políticos brasileiros pressionavam pela saída do embaixador e argüiam a necessidade da nomeação de alguém de reconhecida significação diplomática, dados os interesses que estavam em jogo junto ao Uruguai.

Na análise da correspondência de Vitorino Monteiro para Floriano e, posteriormente, a Prudente de Moraes, evidencia-se de maneira peremptória que sua gestão alinhou-se, acima de qualquer outra coisa, com os interesses do governo de Júlio de Castilhos. As negociações com o governo uruguaio, a compra de armamentos a preços muito superiores aos de mercado, as concessões realizadas em troca de favores das autoridades locais e os dispendiosos banquetes que oferecia na Legação custaram, além de numerário exorbitante, sensível perda de direção do trabalho diplomático no Uruguai. Nesse



contexto, o conflito entre castilhistas e federalistas, estrategicamente extrapolado para a instância internacional, tomou a primazia na gestão de Vitorino Monteiro, em prejuízo, inclusive, de outras questões muito importantes ao Brasil, as quais visavam não tão somente proveitos ao Rio Grande.

Exemplo disso foram as negociações sobre a dívida que o Uruguai tinha com o Brasil, contraída por ocasião da Guerra Grande, em 1851, e até ali não sanada. Aproveitando-se da oportunidade, o governo daquele país soube conduzir a defesa de seus interesses junto ao embaixador, que, por seu turno, como estava muito mais afinado com os assuntos do governo rio-grandense do que com os do próprio Itamaraty, não contemplou a contento os interesses brasileiros no acordo.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, no entanto, percebia claramente a situação, a ponto de confidenciar que

---

A política brasileira no Rio da Prata não pode continuar a servir exclusivamente aos interesses e paixões do governo do dr. Júlio de Castilhos e a ser por ele dirigida [...]. É preciso dar uma nova direção a esses negócios e restabelecer o regime de direito em nossas relações com o Rio da Prata. Para isso o governo tem necessidade de um homem que aos sentimentos de patriotismo *nacional* alie forte educação jurídica e energia inquebrantável de caráter; de um homem cuja palavra recorde o "*ut lingua numem passit ita jus esto*". Sem isso não se poderá procurar solução conveniente para as dificuldades no Rio Grande.

---

Nas impressões do ministro, confirma-se que, paralelamente ao Itamaraty, o governo rio-grandense encaminhava uma *diplomacia marginal* no Prata, centrada na defesa de suas conveniências e em grande medida desconectada com a pasta das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. Ali estava o ministro Monteiro para aceder o parecer dos contemporâneos que o identificavam absolutamente servil ao castilhismo.

O ano de 1895 iniciava-se sob clima de tensão significativa entre os dois países, agravado pelos abusos cometidos pelos castilhistas que promoviam sucessivas violações do território oriental respondidas com duras críticas tanto por parte da diplomacia quanto da opinião pública uruguaia.

Em face desse constrangimento internacional, que tentava ser amenizado de todas as maneiras pelos representantes brasileiros em Montevidéu, o governo uruguaio entendeu ser oportuno encaminhar negociações a respeito de antigas reivindicações até então ignoradas pelo Brasil. Em clima de barganha

velada, o Uruguai iniciou uma campanha de entendimento sobre três questões cuja resolução reputava fundamental para o relacionamento bilateral.

Instruindo o ministro plenipotenciário, Carlos de Castro, na missão que desempenharia junto ao governo brasileiro, o titular da pasta de Relações Exteriores do Uruguai, Jayme Estrázulas, referia-se às circunstâncias que norteavam os entendimentos bilaterais. Os assuntos pendentes referiam-se especificamente a três ordens: o tratado sobre a navegação comum na lagoa Mirim e no rio Jaguarão; o convênio comercial e acordo aduaneiro; e a dívida proveniente de empréstimos feitos ao Uruguai em diferentes ocasiões.

As orientações que o ministro oriental dava ao plenipotenciário Carlos de Castro quanto ao encaminhamento dessas questões, principalmente no tocante à primeira e à última, eram cuidadosamente detalhadas.

Quanto à navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, argumentava-se que na condição de estado ribeirinho o Uruguai via-se privado de navegar nas águas comuns aos dois países em função do estabelecido pelo Tratado de Limites de 1851. Referiam-se os orientais às “condições dolorosíssimas” nas quais foi celebrado o acordo, que à época só importava aos orientais “salvar a todo transe a independência nacional, seriamente ameaçada por Rosas”, sendo que “a esta necessidade imperiosa era preciso subordinar todo o resto”.

As conversações com o Brasil passavam ainda pelos argumentos de que, mais do que interesses materiais, contemplar-se-ia uma questão política responsável pelo aprofundamento de novo laço de união entre os países, ao passo que “mantida a situação atual, conserva-se latente uma causa de profundo mal-estar, de receios e ainda de desconfiças sobre a sinceridade dos sentimentos amistosos do Brasil para com este país.”

Contudo, não seria dessa vez que o Uruguai readquiriria o direito de livre navegação reivindicado sobre as águas do Jaguarão e Mirim. Apesar de o Peru e a Bolívia terem obtido a concessão de navegação do Amazonas nessa época, o Uruguai somente veria contemplada esta questão durante a gestão do barão do Rio Branco, no histórico acordo de 1909.

Sobre o convênio comercial não houve maiores dificuldades de acertos, ficando estipulada uma redução recíproca de impostos. O Brasil comprometia-se a congelar as taxas aduaneiras sobre o charque uruguaio, igualando-as às cobradas sobre o charque argentino. Em troca, o Uruguai beneficiou a importação de produtos agrícolas brasileiros: reduziu em 20% o imposto sobre a erva-mate e manteve estabilizada a taxa de importação sobre o tabaco brasileiro. Apenas o açúcar e a aguardente não receberam tratamento privilegiado. No caso do açúcar, foi porque a concessão de vantagens implicaria es-





tabelecer diferenças com nações européias de onde também se importava o mesmo produto e com as quais havia tratados de mais favorecida; a respeito da aguardente a causa estava no protecionismo que recebia a produção nacional (AROCENA, 1988, p. 115).

A discussão sobre o acordo da dívida visava resolver definitivamente aquela causa. O governo oriental alegava que o Brasil nem sequer havia considerado as tentativas de negociação a que se propôs o Uruguai. Alegavam que os empréstimos haviam sido feitos sob condições especiais e a par de interesses comuns, como, por exemplo, em 1851, 65, 67 e 68 para atender às prementes necessidades da guerra em que ambos os países estavam empenhados.

Baseavam-se no raciocínio de que a dívida com o Brasil tinha natureza essencialmente política, já que na época o Uruguai não tinha recursos para preparar-se para a guerra. O concurso do Uruguai nas contendas serviu para que o Brasil aplacasse os focos de instabilidade no Prata e pudesse voltar-se à administração de seus assuntos internos.

A proposta feita pelo Uruguai para o acerto da dívida consistia num desconto de 50% do montante total de dez milhões de pesos. Os cinco milhões resultantes, na opinião dos orientais, eram ainda muito superiores ao capital primitivo da dívida com o Brasil. O acordo oferecido pelo Uruguai era idêntico ao mantido com a França, a diferença estava em que este país não tinha interesses políticos que o vinculassem a esta república, ao contrário do Brasil.

Tanto o acordo comercial quanto o da dívida chegaram a uma solução definitiva alcançada em outubro de 1896, em convênio firmado entre o ministro Carlos de Castro e o chanceler Dionísio de Castro Cerqueira, porém, sua ratificação ficou suspensa devido à morte do presidente Idiarte Borda e às mudanças que daí decorreram.

O fato é que as negociações, iniciadas em 1893, sofreram com o desgaste causado pelas marchas e contramarchas que a revolução rio-grandense provocava nas relações entre os dois países. Na medida em que os emigrados federalistas trasladavam-se ao Uruguai e este país reclamava das constantes violações de seu território pelas forças castilhistas, criava-se um clima pouco propício à finalização dos acordos propostos. Por outro lado, a prioridade que a legação brasileira em Montevideu dava aos assuntos relativos ao Rio Grande sem dúvida contribuiu à demora nas negociações, que, coincidentemente, somente foram efetivadas após a pacificação do estado sulino.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a aliança estabelecida entre federalistas gaúchos e *blancos* da fronteira uruguaia foi um fator de alarme e temor ao governo castilhista. A fim de rastrear todos os movimentos dos fede-

ralistas no Uruguai e interceder junto ao governo oriental, as autoridades rio-grandenses conseguiram colocar na embaixada brasileira naquele país diplomatas de sua inteira confiança, que tiveram como tarefa precípua a defesa dos interesses gaúchos.

A consolidação da hegemonia do PRR, então ameaçada pela oposição federalista em armas, passava não apenas por questões de política interna, mas, também, tinha que considerar o equilíbrio nas relações com o país vizinho, que poderia converter-se numa séria ameaça aos propósitos castilhistas de aniquilamento do federalismo que ali se asilava. As estratégias do governo castilhista no trato com o Uruguai oscilaram do mais contundente antagonismo, com acusações múltiplas que iam desde a proteção dispensada aos revoltosos até supostas intenções de anexação do Rio Grande, ao envio de emissários secretos e ao trato diplomático do embaixador Vitorino Monteiro.



---

*História Geral do  
Rio Grande do Sul*

---

Ana Luiza Setti  
Reckziegel